

## CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte GESP Class.: Extrativismo 21Data 06/09/93 Pg.: 9

## EXTRATIVISMO

## Falta de recursos coloca reservas em risco

*Das 9 existentes no País, 4 desaparecerão em 94, se não for destinada verba para demarcação*

**B**RASÍLIA — Criadas há três anos, as reservas extrativistas correm o risco de se tornar inviáveis por falta de recursos. Ao mesmo tempo em que o governo cria um Ministério Extraordinário para Assuntos da Amazônia, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) — ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para orientar o extrativismo — sobrevive com recursos de CR\$ 40 milhões ao ano. Das nove reservas, quatro deixarão de existir no próximo ano se não forem destinados recursos para sua demarcação e regularização fundiária.

O CNPT tenta orientar e assegu-

rar a sobrevivência de seringueiros, pescadores, castanheiros e quebradores de côco babaçu — cerca de 400 mil pessoas na Amazônia, que praticam o extrativismo. "O extrativismo é uma alternativa para o desenvolvimento sustentado na Amazônia", garantiu o coordenador do CNPT, Miguel Fernando Von Behr. Ele pretende levar ao presidente do Ibama, Simão Marrul, sugestões para serem encaminhadas ao novo ministro extraordinário da Amazônia, Rubens Ricúpero. Das nove reservas criadas desde 1990, apenas cinco estão regularizadas. Entre estas, a reserva Chico Mendes se tornou economicamente viável graças a ajuda de diversas organizações não-governamentais e à cooperativa de Xapuri (AC).

**Auxílio financeiro** — As demais reservas ainda dependem de auxílio financeiro. O CNPT, entidade que reúne em Brasília sete técni-

cos especializados em extrativismo, tenta ajudar essas comunidades a se organizar, vender seus produtos e a eliminar os intermediários, que retiram todo o lucro da produção nas comunidades tradicionais.

O CNPT já instalou um sistema comunitário de transporte fluvial em São João do Araçá, no município de Itacoatiara, no Amazonas. Ali, um grupo de ceramistas entregava metade da produção aos donos das embarcações que vendiam os potes de cerâmica numa cidade mais próxima. Na reserva extrativista de Rio Ouro Preto, em Rondônia, a 150 quilômetros de Guajará Mirim, quase na divisa com a Bolívia, o CNPT realizou um treinamento com seringueiros para que eles,

em conjunto com o Ibama, pudessem fiscalizar a reserva e evitar a degradação ambiental.

**Criação de cantinas** — Nas reservas do Maranhão e Amapá, onde as comunidades vivem da extra-

ção de castanha do Pará e babaçu, o CNPT desenvolve um trabalho de criação de cantinas comunitárias para que a população consiga trocar o produto por gêneros alimentícios básicos. "O extrativismo é uma forma

equilibrada de se relacionar com a natureza, e as populações tradicionais estão habituadas a esse trabalho", explicou Miguel Fernando. Ele informa que, desde a sua criação, há dois anos, o centro sobrevive de recursos orçamentários do Ibama, que vem sofrendo

cortes sucessivos no orçamento.

Esse ano, o Ibama destinou CR\$ 40 milhões para as nove reservas e também para os projetos de auxílio às populações tradicionais desenvolvidos pelo CNPT. Para o próximo ano, a previsão orçamentária é de menos da metade desse valor: CR\$ 18 milhões. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, financiado pelo G-7, grupo dos sete países ricos, deve destinar US\$ 9 milhões para quatro reservas na Amazônia. Os recursos deverão ser repassados em três anos mas, até agora, nada foi liberado porque depende de negociações entre os governos.

O coordenador do CNPT lembra, entretanto, que quatro das reservas (Ciriaco, Quilombo do Frexal e Mata Grande, no Maranhão, e a do Extremo Norte do Tocantins) deixarão de existir no próximo ano se o governo não destinar recursos para a sua demarcação e regularização fundiária. (E.P.)

**D**INHEIRO  
DO G-7 AINDA  
NÃO FOI  
REPASSADO